

**Santa Casa
de Bataias**

Excelência em saúde

***Demonstrações
Contábeis 2023***

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais esclarece em seu Relatório de Gestão da Administração:

POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS SUPERÁVITS:

Conforme o disposto do Artigo 20º, capítulo V, do Estatuto da Entidade que versa sobre rendimentos e aplicações dos recursos, o resultado financeiro quando apurado superávit, é apresentado no Demonstrativo de Resultado Financeiro e aplicado integralmente conforme estabelece as disposições legais e estatutárias, ou seja, na manutenção da assistência médico-hospitalar da Entidade, no desenvolvimento dos programas de assistência e nas melhorias dos serviços de interesse da Instituição. Porém no Exercício de 2023, a Entidade apurou déficit no valor de **R\$ 2.336.982,31**.

DOS NEGÓCIOS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E EXTERNOS DA ENTIDADE COM INFLUÊNCIA NA PERFORMANCE E RESULTADO DO EXERCÍCIO DA ENTIDADE:

A Santa Casa de Misericórdia de Batatais tem como atividade preponderante a prestação de serviços em assistência médico-hospitalar, de diagnósticos e tratamentos complementares, destinadas ao atendimento da população geral local e regional através do SUS, demais categorias de convênios, pacientes particulares e de usuários de seu Plano de Saúde.

No exercício de 2023, a Entidade apurou os seguintes resultados operacionais da produção quantitativa, financeira e econômica:

Da totalidade (100%), quantitativamente, dos atendimentos realizados pela Entidade em 2023, **81,40% da assistência de internações hospitalares foram à usuários do SUS** e 18,60% aos demais convênios e particulares; **na assistência ambulatorial: do total de sessões de hemodiálise realizadas, 96,49 % ocorreram aos usuários do SUS** e 3,51% aos demais convênios; **os exames de apoio diagnósticos (SADTs) 56,95% foram a pacientes do SUS** e 43,05% aos demais convênios e particulares; **da assistência de pronto atendimento (PA) e consultas de especialidades (ortopedia, gastro, nefrologia, obstetria, oncologia, urologia, oftalmologia, etc) e demais procedimentos ambulatoriais, 31,05% foram aos usuários do SUS** e 68,95% aos demais convênios e particulares.

Em análise das receitas totais auferidas em 2023 pela Entidade, conclui-se que as receitas referentes aos **atendimentos e contratualizações ao SUS representaram apenas 41,96%**, embora, durante o exercício a Entidade apropriou também como receita operacional o percentual de **13,06% referente a recursos complementados por emendas parlamentares e subvenções**, com a finalidade de amenizar o custeio do SUS, **ou seja, o percentual de representatividade do SUS nas receitas recebidas foi de apenas 55,02%**. Entretanto, mesmo com essa ajuda financeira, o cenário demonstrou insuficiência de recursos (*subfinanciamento*) para cobrir os reais gastos e custos dos atendimentos pelo SUS, ou seja, para cada R\$ 1,00 de gasto na assistência aos usuários do SUS, a Instituição Santa Casa recebeu apenas R\$ 0,55.

PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FUTUROS:

- Reavaliação e revisão das metas anuais do Planejamento Estratégico e o estabelecimento de novos cronogramas para cumprimento de metas não cumpridas, resultantes de fatores externos;
- Revisões contínuas dos processos de trabalho e serviços dos setores e unidades da Entidade;

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E ASILO DOS POBRES DE BATATAIS

(Hospital Major Antônio Cândido)

Avenida Dr. Manoel Furtado n. 235 – CEP 14.300-000 – Centro- Batatais – SP
Site: www.santacasabatatais.com.br E-mail: admin@santacasabatatais.com.br – Fone (16) 3660-1444
Utilidade Pública – Decretos: Federal Lei n.63 816/68, Estadual Lei n° 13.801/09 e Municipal Lei n° 638/65
CNPJ/MF 44.945.962/0001-99

- Manutenção contínua em 2024 das necessidades de adequações e reformas nas ambiências internas e externas do hospital, para o atendimento de novas Portarias e Normas de Saúde Pública;
- Término da ampliação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), aumentando a capacidade de instalação dos leitos de 08 para 20 leitos ao atendimento da demanda regional, o que não foi possível realizar no decorrer de 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, por falta de recursos financeiros;
- Dar sequência na execução da construção do corredor que liga a estrutura hospitalar à Unidade de Cuidados Prolongados (UCP), nos padrões de edificação da etapa já realizada;
- Continuidade na execução do Projeto que visa as substituições de mobiliários dos quartos, (camas simples por fawler, colchões, mesas de cabeceiras, suportes de soro, aquisição de mais poltronas adequadas e com recursos de inclinação do encosto e apoio para descanso das pernas, bem como a climatização das ambiências e instalações de aparelhos de TV), visando melhorar o conforto e humanizar as ambiências de assistência aos pacientes e acompanhantes, projeto iniciado em 2012 e que até 2018 alcançou 70% da meta, e que vem sendo realizado em etapas anualmente.
- Término da instalação de placas de Energia Fotovoltaica, processo iniciado em 2023, fruto do Projeto de Eficiência Energética permitido pela iniciativa da ANEEL no âmbito da "Chamada ANEEL n° 003/2021 - Projeto Prioritário de Eficiência Energética em Hospitais. Esse projeto foi elaborado e apresentado à CPFL Paulista pela empresa MegaEnergia Engenharia e Consultoria Energética Ltda, tendo sido enviado pela CPFL à Aneel e aprovado. Por se tratar de parceria com Entidade Filantrópica com CEBAS, o projeto será executado na modalidade Fundo Perdido, sem repasse e sem qualquer contrapartida por parte da Entidade, cujo valor apresentado na Carta de Aceite do Projeto foi de R\$ 1.973.460,49.
- Aplicação dos recursos financeiros advindos da Tabela SUS PAULISTA, disciplinada através da Resolução SS n° 198 de 29 de dezembro de 2023 e alterações posteriores, para a aplicação aos estabelecimentos de saúde, com ou sem fins lucrativos, que participam do Sistema Único de Saúde, de forma complementar para assistência à saúde aos usuários do SUS/SP. Esse incremento tão aguardado e pautado há anos pelos Filantrópicos, felizmente recebeu a atenção e compreensão pelo Governo Estadual, e que certamente auxiliará na manutenção dos custos e despesas amargados pela Entidade, em decorrência dos serviços prestados ao SUS, nosso maior cliente.

DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS:

Via Recursos Federais (Ministério da Saúde):

- Através do **TERMO ADITIVO N° 013**, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 141.863,79 para Custeio, referente saldo remanescente das contas do Fundo Municipal de Saúde anteriores a 2018, em consonância com a Lei Complementar Federal n° 172/2020, alterada pela Lei Complementar n° 197/2022, e regulamentada pela Portaria GM/MS n° 96 de 07/02/2023. O referido valor acrescido do rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 9,54, somado ao valor de R\$ 18,00 de recursos próprios da Entidade, resultou no montante de R\$ 141.891,33. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.472026/2022-00, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do TERMO ADITIVO Nº 15 e seu TERMO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, recurso financeiro no valor de R\$ 500.000,00 para Custeio, recurso utilizado para a realização do MUTIRÃO DE CIRURGIAS DE CATARATA E PTERÍGIO. O referido valor acrescido do rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 12.659,99, resultou no montante de R\$ 512.659,99. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 43.568,73, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024, para a finalização do Mutirão dessas Cirurgias.**
- **Através do TERMO ADITIVO Nº 018, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 1.226.037,18 para Custeio, referente a diferença entre os saldos financeiros transferidos através do Termo Aditivo nº 013, e o montante estabelecido nas Portarias GM/MS nº 96 de 07/02/2023 e Portaria GM/MS nº 443 de 03/04/2023. O referido valor acrescido de outras receitas decorrentes do ajuste no valor de R\$ 242,32, somado ao valor de R\$ 61,33 de recursos próprios da Entidade, resultou no montante de R\$ 1.226.340,83. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.**
- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.498801/2023-00, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do TERMO ADITIVO Nº 20, recurso financeiro no valor de R\$ 600.000,00 para Custeio, recurso utilizado para aquisição de Medicamentos, Material Médico-Hospitalar, Gêneros Alimentícios e Outros Materiais de Consumo, visando o desenvolvimento de ações e serviços relativos à Assistência de Média e Alta Complexidade, cujo recurso advindo da referida Proposta, para Incremento Temporário Teto Média e Alta Complexidade (MAC) cadastrada no site Fundo Nacional de Saúde (Portal FNS) pelo próprio Fundo Municipal de Saúde para o CNES da Entidade, referente Emenda do Deputado Federal Ricardo Silva no valor de R\$ 400.000,00, e referente a Emenda da Senadora Mara Gabrilli no valor de R\$ 200.000,00, conforme Portaria MS/GM nº 631 de 19/05/2023 publicada no D.O.U. em 22/05/2023 que habilitou o Fundo Municipal de Saúde à recebê-lo e a repassá-lo à Santa Casa de Batatais. O referido valor acrescido de outras receitas decorrentes do ajuste no valor de R\$ 10.118,56, resultou no montante de R\$ 610.118,56. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 54.254,44, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024.**
- **Através do TERMO ADITIVO Nº 23 e do TERMO RERRATIFICAÇÃO Nº 01 AO TA Nº 23 (p/ Alteração do Teto Financeiro previsto no TA nº 23), celebrados com a Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 967.168,19 para Custeio, que somado ao rendimento de aplicação financeira no valor de R\$ 1.105,85, resultou no montante de R\$ 968.274,04, para a complementação da garantia do PISO NACIONAL DA ENFERMAGEM, conforme disciplinado pelo art. 198, § 14, da Constituição Federal e pela Portaria GM/MS nº 1.135 de 16/08/2023. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 271.109,00, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024.**
- **Através da Proposta de Convênio FNS nº 36000.444326/2022-00, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do TERMO ADITIVO Nº 26, recurso financeiro no valor de R\$ 267.871,00 para Custeio, recurso utilizado para a realização do MUTIRÃO DE ORTOPEDIA-OMBRO. Recurso Financeiro será aplicado no Exercício de 2024, para a realização do referido Mutirão dessas Cirurgias.**



Via Recursos Estaduais:

- Através da Proposta nº 2022.056.42633, foi celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde o TERMO ADITIVO Nº 012 bem como TERMO DE PRORROGAÇÃO DE SUA VIGÊNCIA, para repasse pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, por produção, de recursos financeiros com valor teto de R\$ 100.000,00 para Custeio, visando a realização de Exames de Ultrassonografia para os pacientes residentes de Batatais, denominado “MUTIRÃO DE EXAMES DE UILTRASSOM”. O referido valor acrescido de outras receitas decorrentes desse ajuste no valor de R\$ 924,11, somado aos R\$ 25,71 de recursos próprios, resultou no montante de R\$ 100.949,82. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.
- Através da Proposta nº 2022.056.42633, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do TERMO ADITIVO Nº 16 e seu TERMO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA, recurso financeiro no valor de R\$ 300.000,00 para Custeio, visando a realização de procedimentos cirúrgicos da especialidade de Urologia denominado “MUTIRÃO DE UROLOGIA”. O referido valor acrescido de outras receitas decorrentes desse ajuste no valor de R\$ 11.607,07, resultou no montante de R\$ 311.607,07. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 173.134,60, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024.
- Através da Proposta nº 2022.056.42633, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, através do TERMO ADITIVO Nº 17, recurso financeiro no valor de R\$ 150.000,00 para Custeio, visando a realização de Exames de Esofagogastroduodenoscopia e Colonoscopia para os pacientes residentes de Batatais, denominado “MUTIRÃO DE EXAMES DE ENDOSCOPIAS”. O referido valor acrescido de outras receitas decorrentes desse ajuste no valor de R\$ 4.903,79, somado ao valor de R\$ 38,48 de recursos próprios, resultou no montante de R\$ 154.942,27. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

Via Recursos Municipais:

- Através do TERMO ADITIVO Nº 014, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 392.000,00 para Custeio, destinados ao Plantão Médico Presencial de Urgência e Emergência da especialidade de Gineco-Obstetrícia, com atendimentos eletivos à partir da 36ª semana de gestação, às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), do município de Batatais. O referido valor acrescido dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R\$ 688,10, somado ao valor de R\$ 1.492,36 de recursos próprios, resultou no montante de R\$ 394.180,46. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.
- Através do TERMO ADITIVO Nº 021, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, para repasse pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, de recursos financeiros com valor total teto de R\$ 2.750.658,00, em parcelas mensais, para Custeio, destinados ao Plantão Médico Presencial de Urgência e Emergência da especialidade de Gineco-Obstetrícia, com atendimentos eletivos à partir da 36ª semana de gestação, às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), do município de Batatais, e Custeio de Despesas Parciais com Pessoal e Aquisição de Materiais e Medicamentos. O referido valor acrescido dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R\$ 1.885,30, resultou no montante de R\$ 766.490,30. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 117.191,47, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024, na continuidade dos atendimentos.

- Através do **TERMO ADITIVO Nº 022**, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, para repasse pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, de recursos financeiros com valor total teto de R\$ 1.576.210,48, em parcelas mensais, para Custeio, destinados aos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), na especialidade médica de Traumatologia-ortopedia, e Custeio de Despesas com Pessoal e Aquisição de Materiais e Medicamentos entre outras despesas. O referido valor acrescido dos rendimentos de aplicação financeira no valor de R\$ 897,74, resultou no montante de R\$ 371.663,98. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 91.028,72, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024, na continuidade dos atendimentos.
- Através do **TERMO ADITIVO Nº 024**, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 40.802,34, para Custeio, destinados a realização de Exames de Ultrassonografia para as gestantes residentes de Batatais, denominado “Exames de Translucência Nucal”. Recurso Financeiro será aplicado no Exercício de 2024, para a realização dos referidos exames.
- Através do **TERMO ADITIVO Nº 25**, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, no valor total de R\$ 128.819,53, foi repassado em 2023, pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, recurso financeiro no valor de R\$ 59.281,59, para Custeio, visando a realização de Exames de Esofagogastroduodenoscopia e Colonoscopia para os pacientes residentes de Batatais, denominado “MUTIRÃO DE EXAMES DE ENDOSCOPIAS”. O montante do recurso financeiro recebido em 2023 acrescido do restante pago em 2024, ou seja, no valor de R\$ 69.537,94, totalizando os R\$ 128.819,53 pactuado, será aplicado no Exercício de 2024, para a realização dos referidos exames. Destacamos que o valor total pactuado é composto parte por recursos municipais, e parte por saldo financeiro de transferências federais.
- Através do **TERMO ADITIVO Nº 27**, celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde, para repasse pelo Fundo Municipal de Saúde à Santa Casa de Batatais, de recursos financeiros com valor total teto de R\$ 361.200,00, em parcelas mensais, para Custeio, destinados ao Plantão Médico Presente 12h da Especialidade de Anestesiologia e Coordenação Médica da Especialidade, além do Incentivo Financeiro de R\$ 500,00 por procedimento de Cirurgia Artroplastia em Quadril e Joelho (Alta Complexidade), Eletiva, com previsão de até 10 procedimentos/mês, sendo previsto o valor total de R\$ 60.000,00 para custeio desse incentivo. Recursos não foram repassados em 2023, portanto, sua aplicação será realizada no Exercício de 2024.
- Através do **Convenio SMSB nº 002/2023** celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde em 20/03/2023, publicado no D.O.M. em 31/03/2023, cuja liberação total do recurso de R\$ 54.640,79 ocorreu em 10/05/2023, cujo recursos financeiros destinados para INVESTIMENTOS na Aquisição de Equipamentos sendo: 02 unidades de BISTURI ELETRÔNICO MULTIFUNCIONAL, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2023, foram adquiridos os supracitados equipamentos, ou seja, 02 unidades de BISTURI ELETRÔNICO MULTIFUNCIONAL pelo valor total de R\$ 56.288,00. Dessa forma, somando-se o valor de R\$ 2.200,32 auferido dos rendimentos de aplicação financeira, ao valor do recurso do Convênio, apurou-se o montante de R\$ 56.841,11. Assim, com o total investido nas aquisições no valor de R\$ 56.288,00, o saldo restante de R\$ 553,11 foi devidamente devolvido aos cofres do Município. Esse recurso é fruto da Emenda Modificativa nº 024/2022 indicada pela **Vereadora Andresa da Silva Furini**, na Lei Municipal nº 3.841 de 30/11/2022 que estimou as receitas e fixou as despesas do Município para o Exercício 2023. Portanto, o referido recurso financeiro foi totalmente aplicado, o saldo restante devolvido, e já foi realizada e enviada a Prestação de Contas Final ao Fundo Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E ASILO DOS POBRES DE BATATAIS

(Hospital Major Antônio Cândido)

Avenida Dr. Manoel Furtado n. 235 – CEP 14.300-000 – Centro- Batatais – SP
Site: www.santacasabatatais.com.br E-mail: admin@santacasabatatais.com.br – Fone (16) 3660-1444
Utilidade Pública – Decretos: Federal Lei n.63 816/68, Estadual Lei nº 13.801/09 e Municipal Lei nº 638/65
CNPJ/MF 44.945.962/0001-99

Via Recursos Próprios:

- Através de recursos próprios da Instituição, foram adquiridos **EQUIPAMENTOS DE APOIO HOSPITALAR GERAL (DIVERSOS)**, totalizando um montante financeiro de **R\$ 36.300,02**, à saber: Aparelhos de Ar Condicionado, Cadeiras de Banho, Cadeiras tipo Secretária, Cadeiras tipo Executivo, Armário de Aço, Purificador de Água, Controlador Lógico e Módulo CLP, e Furadeira Industrial.
- Investimentos realizados em 2023 com Reformas, Construções, Adequações e Melhorias das instalações físicas, com recursos próprios, visando humanizar a assistência aos pacientes e qualificar as ambiências do hospital:

| DESCRIÇÃO OBRAS | SALDO EM 31/12/2022 | RECURSOS APLICADOS EM 2023 | | | TOTAL APLICADO EM 2023 | TOTAL GERAL |
|--|------------------------|----------------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|-----------------|
| | | RECURSOS PRÓPRIOS | MUNICÍPIO BATATAIS | DOAÇÕES TERCEIROS | | |
| OBRA AMPLIAÇÃO UTI (20 LEITOS) (Em andamento) | R\$1.128.718,50 | R\$50.146,12 | R\$- | R\$- | R\$50.146,12 | R\$1.178.864,62 |

CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES RECEBIDOS E ASSINADOS ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO PARA CUSTEIO E INVESTIMENTO:

- Através do **CONVÊNIO Nº 000919/2022** / Processo nº SES-PRC-2022-00180-DM, relativo ao Programa **MAIS SANTAS CASAS (LEI Nº 17.461, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2021 / DECRETO Nº 66.374, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2021 / Resolução SS - 192, de 23 de dezembro de 2021 / Resolução SS nº 01, de 07 de janeiro de 2022)**, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 23/06/2022, publicado no D.O.E. em 25/06/2022, no valor total de R\$ 904.815,12, através do Sistema SP SEM PAPEL, a ser pago em 24 parcelas mensais de R\$ 37.700,63, para CUSTEIO com Pagamento de Parte da Conta da Energia Elétrica, foram recebidas 12 (doze) parcelas no valor de R\$ 37.700,63 cada em 2023, cujos pagamentos ocorreram nas datas de: 25/01/2023, 25/02/2023, 25/03/2023, 25/04/2023, 25/05/2023, 25/06/2023, 25/07/2023, 25/08/2023, 25/09/2023, 25/10/2023, 25/11/2023 e 25/12/2023 totalizando R\$ 452.407,56, que somado ao saldo no valor de R\$ 75.669,14 relativo ao ano de 2022, acrescido dos rendimentos de aplicação R\$ 205,83 apurados durante o referido exercício, e R\$ 244.178,06 de recursos próprios da Entidade, apurou-se o montante de R\$ 772.460,59, dos quais utilizou-se R\$ 734.759,96, restando R\$ 37.700,63 para ser aplicado no Exercício de 2024.
- Através do **CONVÊNIO Nº 000926/2022** / Processo nº SES-PRC-2022-00952-DM, relativo a **SUBVENÇÃO**, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 24/06/2022, publicado no D.O.E. em 29/06/2022, no valor total de R\$ 341.392,42, através do Sistema SP SEM PAPEL, a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 28.449,37, para CUSTEIO com Aquisição de Medicamentos Anticoagulantes, foram recebidas 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 28.449,37 cada em 2023, cujos pagamentos ocorreram nas datas de: 24/01/2023, 24/02/2023, 24/03/2023, 25/04/2023, 25/05/2023 e 23/06/2023, totalizando R\$ 170.696,22, que somado ao saldo no valor de R\$ 42.435,32 relativo ao ano de 2022, acrescido do valor dos rendimentos de aplicação R\$ 2.125,97 apurados durante o referido exercício, e R\$ 265,89 de recursos próprios da Entidade, apurou-se o montante de R\$ 215.523,40. Recurso Financeiro totalmente executado e já realizada e enviada



Prestação de Contas Final ao DRS XIII de Ribeirão Preto / Secretaria de Estado da Saúde.

- **Através do 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 000926/2022 / Processo nº SES-PRC-2022-00952-DM, relativo a SUBVENÇÃO, celebrado com a Secretaria Estadual de Saúde em 24/06/2022, publicado no D.O.E. em 13/07/2023, no valor total de R\$ 341.392,42, através do Sistema SP SEM PAPEL, a ser pago em 12 parcelas mensais de R\$ 28.449,37, para CUSTEIO com Aquisição de Medicamentos, foram recebidas 06 (seis) parcelas no valor de R\$ 28.449,37 cada em 2023, cujos pagamentos ocorreram nas datas de: 25/07/2023, 25/08/2023, 25/09/2023, 25/10/2023, 25/11/2023 e 25/12/2023, totalizando R\$ 170.696,22, que somado ao valor dos rendimentos de aplicação R\$ 603,28 apurados durante o referido exercício, apurou-se o montante de R\$ 171.299,50. Parte do recurso financeiro, ou seja, R\$ 29.989,08, não aplicado durante 2023, será aplicado no Exercício de 2024.**
- **Através do Convênio nº 000720/2023 / Processo nº: SES-PRC-2023-00224-DM celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde em 15/08/2023, publicado no D.O.E. em 16/08/2023, através do Portal SP SEM PAPEL, cuja liberação total do recurso de R\$ 100.000,00 ocorreu em 21/08/2023, cujo recursos financeiros destinados para INVESTIMENTOS na Aquisição de Equipamentos sendo: 02 unidades de FOCOS CIRURGICOS DE TETO EM LED e 01 unidade de BISTURI ELETRÔNICO MULTIFUNCIONAL, conforme Plano de Trabalho aprovado do referido Convênio. Dessa forma, no exercício de 2023, foram adquiridos os supracitados equipamentos, ou seja, 02 unidades de FOCOS CIRURGICOS DE TETO EM LED pelo valor total de R\$ 72.520,00 e 01 unidade de BISTURI ELETRÔNICO MULTIFUNCIONAL pelo valor total de R\$ 28.144,00. Dessa forma, somando-se o valor de R\$ 1.301,93 auferido dos rendimentos de aplicação financeira, ao valor do recurso do Convênio, apurou-se o montante de R\$ 101.301,93. Assim, com o total investido nas aquisições no valor de R\$ 100.664,00, o saldo restante de R\$ 637,93 foi devidamente devolvido aos cofres do Estado. Esse recurso é fruto da Emenda Parlamentar nº 2023.075.46035 do Deputado Estadual Rafael Silva. Portanto, o referido recurso financeiro foi totalmente aplicado, o saldo restante devolvido, e já foi realizada e enviada a Prestação de Contas Final ao DRS XIII de Ribeirão Preto / Secretaria de Estado da Saúde.**

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA ÀS EQUIPES DE COORDENADORES, GESTORES DO HOSPITAL E COLABORADORES EM GERAL, VISANDO MELHORIAS E EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE:

Em 2023 manteve-se os treinamentos e os processos de educação continuada, para a capacitação dos profissionais assistenciais e de apoio assistencial, qualificando-os para atender o Programa de Segurança do Paciente e a Qualidade da Assistência.

RECURSOS HUMANOS:

Apesar das ações dos Governos, em parcerias com os órgãos de representações das Entidades prestadoras de serviços filantrópicos (**FEHOSP e CMB**) criarem e oferecerem Programas e Projetos que qualificam e aprimoram o conhecimento técnico dos profissionais e colaboradores dos hospitais integrantes da rede pública de saúde pelo SUS, e também dos investimentos realizados anualmente pela Entidade com recursos próprios visando melhorar cada vez mais a qualidade e a humanização da assistência hospitalar, a baixa remuneração do SUS tem sido um dos principais impeditivos para manter reduzido o indicador "Turn Over" em nossa Entidade que foi de 28,18% em 2023. O indicador dos últimos três anos foi de 18,47% em 2020, de 28,03% em 2021 e de 39,49% em 2022. Uma das razões do "Turn Over" manter-se elevado, é que, geograficamente, a Entidade está estabelecida entre dois grandes centros comerciais e com polos industriais de segmento na prestação de serviços, e com isso, a Santa Casa sofre pela oferta de empregos com salários mais atrativos oferecidos por outras áreas, inclusive, pelos estabelecimentos de saúde privados da região.

A Santa Casa tem como principal demanda de seus serviços os atendimentos ao SUS que representa grande parte dos serviços prestados: **81,40%** das internações, **96,49%** dos serviços de hemodiálise, **31,05%** de Consultas de Especialidades realizadas e **56,95%** de SADTs – Exames para o Apoio Diagnóstico, cujas receitas representaram apenas **55,02% do total da Receita da Entidade**. Portanto, a redução do “Turn Over” depende de mais recursos para viabilizar a aplicação de uma política de valorização salarial de nossos colaboradores.

| Resultados Relacionados a Recursos Humanos: | Exercícios | 2023 | 2022 | 2021 |
|---|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| Empregados nos finais de exercícios | Quantidade | 385 | 395 | 396 |
| Taxa de <i>Turn Over</i> (anual) | Porcentagem | 28,18 | 39,49 | 28,03% |
| Segmentação da mão de obra, segundo a alocação das funções: | | | | |
| Empregados da Área Administrativa | Quantidade | 49 | 50 | 50 |
| Empregados da Área Assistencial | Quantidade | 199 | 208 | 200 |
| Empregados da Área de Apoio Geral | Quantidade | 137 | 137 | 146 |

| Nível Educacional em 2023: | Superior | Superior Incompleto | Ensino Médio | Ensino Fundamental |
|-----------------------------------|-----------------|----------------------------|---------------------|---------------------------|
| Área Administrativa | 35 | 3 | 11 | 0 |
| Área Assistencial | 65 | 8 | 121 | 5 |
| Área de Apoio Geral | 15 | 3 | 80 | 39 |

| Referente a Recolhimento Previdenciário | Exercícios | 2023 | 2022 | 2021 |
|--|-------------------|-------------|-------------|-------------|
| Recolhimento de Contribuições Previdenciárias, retidos dos funcionários e incidentes s/folha de pagamento de salários. | R\$ | 955.969,80 | 814.317,29 | 901.611,28 |

AÇÕES DE PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE:

A Entidade vem cumprindo todas as exigências voltadas à preservação e conservação do Meio Ambiente, inclusive, atendendo também, as disposições legais da Resolução nº. 358 do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA, que dispõe sobre o tratamento e as disposições finais dos resíduos dos serviços de saúde, firmando assim o dever de cumprir com ações de controle e destinação dos resíduos gerados por esta Unidade de Serviço de assistência Médico-Hospitalar, conforme rege o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos desta Santa Casa, em parceria com o município que executa os projetos de proteção ao meio ambiente.

Batatais/SP, 27 de março de 2024.


DALVANIA BORGES DA COSTA
Provedora


JOSÉ ROBERTO DOS REIS
Diretor Administrativo

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Balancos patrimoniais - Ativo

Em 31 de dezembro

Em reais

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|-------------------|-------------------|
| ATIVO | | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | 10.503.528 | 6.460.121 |
| Disponível | | 121.418 | 152.243 |
| Realizável | | 10.382.110 | 6.307.878 |
| Aplicações Financeiras | 5 | 2.540.761 | 1.362.988 |
| Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas | | 952.488 | 733.025 |
| Aplicações Livres | | 1.588.273 | 629.963 |
| Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde | 6 | 621.310 | 507.705 |
| Contraprestação Pecuniária a Receber | | 589.465 | 488.956 |
| Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis | | 31.845 | 18.749 |
| Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora | 7 | 2.085.995 | 2.125.921 |
| Bens e Títulos a Receber | 8 | 5.097.017 | 2.158.048 |
| Despesas Antecipadas | | 37.028 | 153.216 |
| | | 20.094.378 | 20.590.813 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 248.461 | 226.738 |
| Realizável a Longo Prazo | | | |
| Títulos e Créditos a Receber | 8 | 247.927 | 226.204 |
| Depósitos Judiciais e Fiscais | | 534 | 534 |
| Investimentos | | 6.795.755 | 6.791.085 |
| Outros investimentos | | 6.795.755 | 6.791.085 |
| Imobilizado | 9 | 13.049.172 | 13.571.389 |
| Imóveis de Uso Próprio | | 8.916.944 | 9.109.426 |
| Imóveis - Hospitalares / Odontológicos | | 2.719.236 | 2.872.131 |
| Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos | | 6.197.707 | 6.237.295 |
| Imobilizado de Uso Próprio | | 2.953.363 | 3.333.244 |
| Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos | | 2.391.790 | 2.865.306 |
| Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos | | 561.573 | 467.938 |
| Imobilizações em Curso | | 1.178.865 | 1.128.719 |
| Intangível | | 991 | 1.601 |
| TOTAL DO ATIVO | | 30.597.906 | 27.050.934 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Balancos patrimoniais – Passivo


Em 31 de dezembro

Em reais

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|-----------|--------------------|--------------------|
| PASSIVO | | | |
| PASSIVO CIRCULANTE | | 16.210.110 | 11.923.877 |
| Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde | 10 | 1.788.424 | 1.533.927 |
| Provisões de Contraprestações | | 857.749 | 689.717 |
| Provisão de Contraprestação Não Ganha – PCNG | | 857.749 | 689.717 |
| Provisão de Eventos a Liquidar para SUS | | 85.578 | 102.483 |
| Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistências | | 315.673 | 239.658 |
| Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) | | 529.424 | 502.069 |
| Débitos de Operações de Assistência à Saúde | | 30.261 | 31.540 |
| Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios | | 21.361 | 22.640 |
| Outros Débitos de Op. com Planos de Assist. à Saúde | | 8.900 | 8.900 |
| Débitos com Op. de Assistência à Saúde Não Relac.com OPS | 11 | 1.788.639 | 2.254.924 |
| Tributos e Encargos Sociais a Recolher | | 351.935 | 291.070 |
| Empréstimos e Financiamentos a Pagar | 12 | 3.626.694 | 3.230.736 |
| Débitos Diversos | 13 | 8.624.158 | 4.581.680 |
| | | 9.318.473 | 7.720.753 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 14 | 215.933 | 181.610 |
| Provisões | | 215.933 | 181.610 |
| Provisões para Ações Judiciais | 12 | 6.075.414 | 4.400.045 |
| Empréstimos e Financiamentos a Pagar | 13 | 3.027.125 | 3.139.098 |
| Débitos Diversos | | | |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 16 | 5.069.324 | 7.406.304 |
| Capital Social | | 3.073.958 | 1.862.317 |
| Reservas | | 4.325.553 | 7.887.974 |
| Reservas de Capital / Reservas Patrimoniais | | - | 3.555.626 |
| Reserva de Reavaliação | | 4.325.553 | 4.332.348 |
| Déficits acumulados | | (2.330.188) | (2.343.987) |
| TOTAL DO PASSIVO | | 30.597.906 | 27.050.934 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro


Em reais

| | Nota | 2023 | 2022 |
|--|------|---------------------|---------------------|
| Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde | | 6.187.427 | 5.189.231 |
| Receitas com Operações de Assistência à Saúde | | 6.187.427 | 5.189.231 |
| Contraprestações Líquidas | | 6.187.427 | 5.189.231 |
| Eventos Indenizáveis Líquidos | | (4.885.473) | (3.434.196) |
| Eventos Conhecidos ou Avisados | | (4.858.118) | (3.357.821) |
| Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados | | (27.355) | (76.375) |
| RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE | | 1.301.954 | 1.755.035 |
| Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde | | 4.306 | 4.268 |
| Receitas de Assistência à Saúde Não Relac. com OPS | | 34.121.284 | 30.309.198 |
| Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar | | 8.594.879 | 7.438.650 |
| Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar (SUS) | | 17.475.301 | 16.838.413 |
| Outras Receitas Operacionais | 17 | 8.051.105 | 6.032.135 |
| Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde | | (106.337) | (91.018) |
| Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde | | (90.772) | (75.203) |
| Provisão para Perdas Sobre Créditos | | (15.564) | (15.815) |
| Outras Despesas Op.de Assist. à Saúde não Relac. com OPS | | (36.736.215) | (33.450.034) |
| RESULTADO BRUTO | | (1.415.007) | (1.472.551) |
| Despesas de Comercialização | | (1.028) | (5.918) |
| Despesas Administrativas | 18 | (721.880) | (698.531) |
| Resultado Financeiro Líquido | 19 | (1.167.484) | (656.702) |
| Receitas Financeiras | | 367.068 | 348.135 |
| Despesas Financeiras | | (1.534.552) | (1.004.837) |
| Resultado Patrimonial | | 968.416 | 433.300 |
| Receitas Patrimoniais | | 968.416 | 445.480 |
| Despesas Patrimoniais | | - | (12.180) |
| RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES | | (2.336.982) | (2.400.402) |
| Imposto de Renda | | - | - |
| Contribuição Social | | - | - |
| Participações sobre o lucro | | - | - |
| RESULTADO LÍQUIDO | | (2.336.982) | (2.400.402) |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

| | <u>Patrimônio social</u> | <u>Reserva patrimoniais</u> | <u>Reserva de reavaliação</u> | <u>Déficits acumulados</u> | <u>Total</u> |
|---|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------|----------------------------|------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2022 | 2.927.644 | 3.555.626 | 4.388.763 | (1.065.327) | 9.806.706 |
| Realização da reserva de reavaliação por alienação do imobilizado | - | - | (56.415) | 56.415 | - |
| Déficit do exercício | - | - | - | (2.400.402) | (2.400.402) |
| Transferência para o Patrimônio Social | (1.065.327) | - | - | 1.065.327 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 1.862.317 | 3.555.626 | 4.332.348 | (2.343.987) | 7.406.304 |
| Realização da reserva de reavaliação por alienação do imobilizado | - | - | (6.795) | 6.795 | - |
| Déficit do exercício | - | - | - | (2.336.982) | (2.336.982) |
| Transferência da Reserva Patrimonial para o Patrimônio Social | 3.555.626 | (3.555.626) | - | - | - |
| Transferência para o Patrimônio Social | (2.343.987) | - | - | 2.343.987 | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 3.073.958 | - | 4.325.553 | (2.330.188) | 5.069.324 |

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, portanto, não está sendo apresentada a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|------------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Déficit do exercício | (2.336.982) | (2.400.402) |
| Ajuste por: | | |
| Depreciações e amortizações | 976.752 | 943.067 |
| Residual baixa de imobilizado | 19.677 | 80.978 |
| Provisão para ações judiciais | 34.323 | 29.577 |
| Variação dos Ativos | | |
| Aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas | (219.463) | (115.444) |
| Créditos de operações com planos de assistência à saúde | (113.605) | (68.034) |
| Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora | 39.926 | 926.120 |
| Bens e títulos a receber | (2.960.692) | 1.143.033 |
| Despesas antecipadas | 116.188 | (133.003) |
| Variação dos Passivos | | |
| Eventos/ sinistros a liquidar e provisão técnica | (213.063) | 282.209 |
| Tributos e encargos sociais a recolher | 60.865 | 11.906 |
| Débitos diversos | 3.930.505 | (1.244.872) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | <u>(665.569)</u> | <u>(544.865)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisições do imobilizado e intangível | (473.602) | (673.985) |
| Aplicação em investimentos | (4.670) | (4.166) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | <u>(478.272)</u> | <u>(678.151)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Variação dos empréstimos e financiamentos | 2.071.327 | 750.985 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | <u>2.071.327</u> | <u>750.985</u> |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | <u>927.486</u> | <u>(472.031)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa (livres) no fim do exercício | 1.709.692 | 782.206 |
| Caixa e equivalentes de caixa (livres) no início do exercício | 782.206 | 1.254.237 |
| Variação no caixa e equivalentes de caixa | <u>927.486</u> | <u>(472.031)</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Dalvânia Borges da Costa
Provedora


José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro


Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais (Hospital Major Antônio Cândido) é uma Entidade sem fins lucrativos, com objetivos filantrópicos, fundada em 14 de junho de 1913, reconhecida de utilidade pública através do Decreto Federal nº 63.816 de 16 de dezembro de 1968, publicado no DOU em 24 de dezembro de 1968, sediada na cidade de Batatais, Estado de São Paulo, situada na Avenida Dr. Manuel Furtado, nº. 235, CEP: 14.300-029, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.945.962/0001-99 e isenta de Inscrição Estadual, e tem por finalidade essencialmente a aplicação dos recursos financeiros, operacionais e extra operacionais conforme prevê seu Estatuto na prestação de assistência médico-hospitalar e manutenção da Entidade, assim como obter e manter meios e modos de assistência ou beneficência que, a seu juízo, se enquadra nos fins da Instituição. É constituída por irmãos (sócios) admitidos pela Mesa Administrativa. A Entidade rege-se pelo Estatuto Social através da: a) Assembleia Geral; b) Mesa Administrativa; e c) Provedoria.

As atividades abrangem o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS nas áreas hospitalar e ambulatorial, plano de saúde próprio, convênios e particulares. Em novembro de 1997 foi criado o Plano de Saúde "Santa Casa Saúde" que para atendimento dos seus usuários utiliza os serviços da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais e de uma rede credenciada de médicos, laboratórios e demais serviços.

2 Ambiente regulatório

2.1 Regulamentação

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Entidade está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

A Entidade está sujeita às seguintes exigências estabelecidas pela ANS: RN nº 569/2022, RN nº 521/2022, RN nº 574/2023 e alterações vigentes:



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

a) Patrimônio Líquido Ajustado - PLA

Patrimônio Líquido, apurado nas demonstrações financeiras da Operadora, ajustado por efeitos econômicos regulamentados pela RN 569/2022, a saber:

- I - dedução das participações diretas ou indiretas em outras operadoras de planos de assistência à saúde e em entidades financeiras, de seguros, resseguros e de previdência privada aberta ou fechada sujeitas à supervisão de outros órgãos federais de supervisão econômica setorial;
- II - dedução dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social;
- III - dedução das despesas diferidas;
- IV - dedução das despesas antecipadas;
- V - dedução do ativo não circulante intangível; e
- VI - dedução do valor de *goodwill* das participações diretas ou indiretas não contempladas no inciso I do artigo 7º.

A Entidade deve manter, a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório. Em 31 de dezembro de 2023, o PLA da Entidade é de R\$ 5.031.305.

b) Capital Base - CB

O Capital Base deve ser calculado a partir da multiplicação do fator 'K' pelo capital de referência que é atualizado anualmente, tendo como referência a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 31 de dezembro de 2023 o capital de referência divulgado pela ANS foi de R\$ 11.226.993 (R\$ 10.883.087 em 2022).

O fator "K" vigente em dezembro de 2023 corresponde a 1,77%, de modo que o Capital Base da Entidade é de R\$ 198.718.

c) Capital Baseado em Risco - CBR

A RN nº 569/2022 dispõe sobre a regra de capital que define montante variável a ser observado pela Operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

Com base na estimativa destes riscos a necessidade de capital da Entidade é de R\$ 2.847.580.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

d) Capital regulatório

O capital regulatório a ser observado será o maior entre os seguintes valores:

I – Capital base; ou

II – Capital baseado em riscos.

O capital regulatório da Entidade é suficiente em R\$ 2.183.725, conforme demonstrado a seguir:

| | <u>Valores</u> |
|------------------------------------|-------------------------|
| Necessidade de capital regulatório | 2.847.580 |
| Patrimônio líquido ajustado | 5.031.305 |
| Suficiência | <u>2.183.725</u> |

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa – RN nº 528 de 29 de abril de 2022, como também parcialmente aos aspectos relacionados à Lei nº 11.638/2007.

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 15 de março de 2024 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Entidade afirma que todas as

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Entidade não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Entidade não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2023 e 2022.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2023 são:



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

- (i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com plano de saúde da operadora – nota explicativa 6 e 7;
- (ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota explicativa 9;
- (iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- (iv) Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS – nota explicativa 10; e
- (v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 14.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Instrumentos financeiros

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a práticas contábil da Entidade e por atender as condições dos pronunciamentos técnicos contábeis, emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde da operadora; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Provisão de eventos a liquidar; ii) Débitos de operações de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde da operadora; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN/ANS nº 521/2022. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.

- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas originadas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Entidade, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.4 Estoque

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

4.5 Investimentos

Representados basicamente, por imóveis destinados a renda e participações societárias em instituições financeiras avaliados pelo custo.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

4.6 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pelas edificações, máquinas e equipamentos hospitalares e não hospitalares, móveis e utensílios, computadores e periféricos. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

| | Taxa de depreciação |
|----------------------------|------------------------|
| Edificações | 4% |
| Instalações | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Computadores e periféricos | 20% |
| Veículos | 20% |
| Benfeitorias | 4% |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas operacionais no resultado.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

4.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

4.8 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.9 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 10. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(i) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(ii) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo,



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(iii) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

Constituída conforme Resolução Normativa da ANS. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela falta de avisos.

(iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

(v) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

4.12 Subvenções governamentais

As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais:

4.12.1 Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

4.12.2 Subvenção para investimento

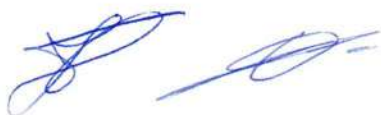
Refere-se à subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Entidade. Essa subvenção para investimento é reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica “Subvenção a realizar”, e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos. Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

circulantes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade apresentava o passivo circulante maior que o ativo circulante.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

4.16 Receita operacional

4.16.1 Reconhecimento das receitas e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como “contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde” o resultado líquido das receitas, deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação das receitas observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preço pós-estabelecidos, a data e que se fazem presentes os fatos geradores da receita.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na nota 10.

As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.16.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros sobre empréstimos e financiamentos reconhecida pelos juros incorridos até a data do balanço.

4.17 Fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

5 Aplicações financeiras

| Modalidade | 2023 | 2022 |
|--|------------------|------------------|
| Fundo Saúde ANS RF | 634.917 | 563.968 |
| Fundo Saúde ANS RF | 317.571 | 169.057 |
| Aplicações garantidoras de provisões técnicas | 952.488 | 733.025 |
| CDB Aplic. Aut Mais | 653 | 604 |
| Contamax Emp Cdb | 2.211 | 1.565 |
| CDI | 709 | - |
| CDB DI | 1.756 | 2.369 |
| Outros Títulos De Renda Fixa | 1.440.431 | 623.210 |
| Cotas De Fundos De Investimentos | 142.514 | 2.215 |
| Aplicações livres | 1.588.273 | 629.963 |
| | 2.540.761 | 1.362.988 |

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

A Entidade apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN/ANS nº 521/2022. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

| | 2023 | 2022 |
|--|----------------|----------------|
| Individual | 168.316 | 137.405 |
| Coletivo | 479.352 | 396.090 |
| Participação Dos Beneficiários Eventos Indenizados | 41.240 | 25.806 |
| (-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos – PPSC (i) | (67.598) | (51.596) |
| | 621.310 | 507.705 |

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Contas a receber | 3.325.113 | 2.639.064 |
| Outros créditos operacionais | 93.510 | 53.293 |
| (-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos - PPSC (i) | <u>(1.332.628)</u> | <u>(566.436)</u> |
| | <u>2.085.995</u> | <u>2.125.921</u> |

(i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.3. A administração da Entidade, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

8 Bens e títulos a receber e Títulos e Créditos a Receber

| | <u>2023</u> | | | <u>2022</u> | | |
|--|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| | <u>Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> | <u>Total</u> | <u>Circulante</u> | <u>Não Circulante</u> | <u>Total</u> |
| Estoque (i) | 748.515 | - | 748.515 | 1.171.293 | - | 1.171.293 |
| Títulos a receber | 11.002 | - | 11.002 | 21.890 | - | 21.890 |
| Adiantamentos | - | - | - | 7.365 | - | 7.365 |
| Outros títulos a receber (ii) | 4.337.500 | 247.927 | 4.585.426 | 957.500 | 226.204 | 1.183.704 |
| Desapropriação - Município de Batatais (iii) | - | 1.124.906 | 1.124.906 | - | 1.020.261 | 1.020.261 |
| (-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos | - | <u>(1.124.906)</u> | <u>(1.124.906)</u> | - | <u>(1.020.261)</u> | <u>(1.020.261)</u> |
| | <u>5.097.017</u> | <u>247.927</u> | <u>5.344.943</u> | <u>2.158.048</u> | <u>226.204</u> | <u>2.384.252</u> |

(i) Substancialmente composto por estoque de materiais e medicamentos disponível para utilização na Entidade.

(ii) O saldo está composto substancialmente por valores a receber relativo a convênios estadual, federal e municipal, cuja contrapartida foi registrada no passivo conforme nota explicativa 13.

(iii) Trata-se de valor a receber da Prefeitura Municipal de Batatais SP, por desapropriação de terreno para a construção do Aeroclube de Batatais, conforme processo nº 1129/54 transitado em julgado, em 07 de maio de 2002, valor atualizado R\$ 1.124.906.

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

9 Imobilizado

| | 1º/1/2022 | Adição | Baixa | 31/12/2022 | Adição | Baixa | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|--------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|-----------------|---------------------|
| Custo corrigido | | | | | | | |
| Terrenos | 1.401.327 | 56.416 | - | 1.457.743 | - | (12.883) | 1.444.860 |
| Terrenos mantenedora - reavaliação | 4.388.763 | - | (56.416) | 4.332.347 | - | (6.795) | 4.325.552 |
| Edificações | 6.120.718 | - | - | 6.120.718 | - | - | 6.120.718 |
| Instalações | 18.016 | - | - | 18.016 | - | - | 18.016 |
| Máquinas e equipamentos | 8.427.118 | 73.203 | (43.656) | 8.456.665 | 183.252 | - | 8.639.917 |
| Móveis e utensílios | 1.932.716 | 4.090 | - | 1.936.806 | 40.004 | - | 1.976.810 |
| Equipamentos de informática | 569.527 | 15.240 | - | 584.767 | 200.200 | - | 784.967 |
| Veículos | 190.215 | - | - | 190.215 | - | (6.214) | 184.001 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 18.429 | - | - | 18.429 | - | - | 18.429 |
| Obras em andamento | 603.682 | 525.036 | - | 1.128.718 | 50.146 | - | 1.178.864 |
| | 23.670.511 | 673.985 | (100.072) | 24.244.424 | 473.602 | (25.891) | 24.692.135 |
| Depreciação acumulada | | | | | | | |
| Edificações | (2.628.575) | (172.806) | - | (2.801.381) | (172.806) | - | (2.974.187) |
| Instalações | (9.132) | (1.510) | - | (10.642) | (1.509) | - | (12.151) |
| Máquinas e equipamentos | (5.174.326) | (585.341) | 19.094 | (5.740.573) | (586.615) | - | (6.327.188) |
| Móveis e utensílios | (1.374.712) | (111.224) | - | (1.485.936) | (111.880) | - | (1.597.816) |
| Equipamentos de informática | (374.232) | (66.210) | - | (440.442) | (98.332) | - | (538.774) |
| Veículos | (170.266) | (5.366) | - | (175.632) | (5.000) | 6.214 | (174.418) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (18.429) | - | - | (18.429) | - | - | (18.429) |
| | (9.749.672) | (942.457) | 19.094 | (10.673.035) | (976.142) | 6.214 | (11.642.963) |
| | 13.920.839 | (268.472) | (80.978) | 13.571.389 | (502.540) | (19.677) | 13.049.172 |

A Entidade realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023 e de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Provisão de contraprestação não ganha - coletivos | 857.749 | 689.717 |
| Provisão para eventos a liquidar para o SUS | 85.578 | 102.483 |
| Rede contratada credenciada | 315.673 | 239.658 |
| Provisão de eventos ocorridos e não avisados - Peona | <u>529.424</u> | <u>502.069</u> |
| | <u>1.788.424</u> | <u>1.533.927</u> |

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.9 .

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

11 Débitos com operações de assistência à saúde não relacionada com o plano de saúde da operadora

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Prestadores de serviços | <u>1.788.639</u> | <u>2.254.924</u> |
| | <u>1.788.639</u> | <u>2.254.924</u> |



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

12 Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Encargos financeiros | Vencimento final | 2023 | | | 2022 | | |
|-------------------|------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | | Circulante | Não Circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Capital de giro | Até 1,70% a.m | abr/30 | 3.144.295 | 6.075.414 | 9.219.709 | 2.410.345 | 4.400.045 | 6.810.390 |
| Conta garantida | 100% CDI + 0,79% a.m. e 1,80% a.m. | mai/24 | 449.588 | - | 449.588 | 799.530 | - | 799.530 |
| Consignado | - | jan/24 | 7.075 | - | 7.075 | 12.809 | - | 12.809 |
| Cartão de crédito | 9,75% a.m. | set/24 | 25.736 | - | 25.736 | 8.052 | - | 8.052 |
| | | Total | 3.626.694 | 6.075.414 | 9.702.108 | 3.230.736 | 4.400.045 | 7.630.781 |

As garantias são os faturamentos do SUS e aval da Administração.

13 Débitos diversos

| | 2023 | | | 2022 | | |
|---|------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não Circulante | Total |
| Salários | 766.635 | - | 766.635 | 726.925 | - | 726.925 |
| Provisão de férias e encargos sociais | 1.281.832 | - | 1.281.832 | 1.147.123 | - | 1.147.123 |
| Outras obrigações com pessoal | 2.787 | - | 2.787 | 500 | - | 500 |
| Fornecedores | 895.503 | - | 895.503 | 1.048.627 | - | 1.048.627 |
| Depósitos de beneficiários e de terceiros (i) | 5.359.249 | (ii) 2.932.989 | 8.292.238 | 1.332.156 | 2.995.597 | 4.327.753 |
| Outros débitos a pagar | 318.151 | 94.137 | 412.288 | 326.349 | 143.501 | 469.850 |
| | 8.624.158 | 3.027.125 | 11.651.284 | 4.581.680 | 3.139.098 | 7.720.778 |

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

- (i) O saldo está composto por valores remanescentes de auxílio municipal e convênios estaduais e federais, para custeio de aquisição de insumos hospitalares e do reajuste do piso salarial nacional da enfermagem, e investimento para aquisição de equipamentos; cuja contrapartida foi registrada na rubrica outros títulos a receber conforme nota explicativa 8.
- (ii) A Entidade adota os critérios de contabilização e registro dos bens adquiridos através de Doações e Subvenções Governamentais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 07. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo imobilizado é realizada em conta específica do passivo, pois a subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação.

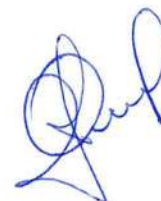
14 Provisão para ações judiciais

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Provisão para Ações Cíveis | <u>215.933</u> | <u>181.610</u> |
| | <u>215.933</u> | <u>181.610</u> |

As ações de natureza cível discutem, principalmente, pedidos judiciais de revisões contratuais e indenizações de clientes, para as quais os assessores jurídicos da Entidade consideram como provável os riscos de perdas nas demandas.

A administração da Entidade com base na opinião dos seus assessores jurídicos de que a perda é provável para determinar ações cíveis indenizatória, registrou conservadoramente a provisão para contingências.

Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

15 Passivos contingentes

A Entidade discute ações trabalhistas e cíveis indenizatórias, no montante de R\$ 2.177.072, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2023 não é provável. Tais ações, devido à natureza e histórico, são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas não foi constituída provisão.

16 Patrimônio líquido

a) Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes e por doações recebidas de terceiros, somado ou subtraído pelos superávits ou déficits acumulados, conforme determina a legislação vigente.

b) Reservas de capital / Reservas patrimoniais

Representada pelas doações governamentais e particulares recebidas ao longo dos anos; cujo montante acumulado até 2022 foi transferido para o Patrimônio Líquido em dezembro de 2023.

c) Reserva de reavaliação

Representada pelo valor da mais valia do ativo imobilizado de uso da Entidade.

d) Déficits acumulados

Representa o superávit e/ou déficit do exercício acrescido da realização da reserva de reavaliação que, após devida aprovação, é incorporado ao Patrimônio Social. Em 2023 e 2022, foram apurados déficits nos montantes de R\$ 2.336.982 e R\$ 2.400.402, respectivamente.

17 Outras receitas operacionais

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Subvenções estaduais | 1.175.590 | 1.500.109 |
| Subvenções federais | 3.548.128 | 3.358.272 |
| Subvenções municipais | 1.839.959 | 33.099 |
| Doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas | 579.688 | 451.535 |
| Outras | 907.740 | 680.120 |
| | <u>8.051.105</u> | <u>6.023.135</u> |



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

18 Despesas administrativas

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|-----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Pessoal | (320.167) | (316.109) |
| Serviços de terceiros | (270.339) | (249.456) |
| Localização e funcionamento | (106.436) | (99.482) |
| Publicidade e propaganda | (14.400) | (23.400) |
| Tributos | (8.926) | (8.471) |
| Diversas | (1.613) | (1.613) |
| | <u>(721.880)</u> | <u>(698.531)</u> |

19 Resultado financeiro líquido

| | <u>2023</u> | <u>2022</u> |
|---------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Ingressos financeiros | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 186.013 | 87.356 |
| Receitas por recebimento em atraso | 11.717 | 7.495 |
| Descontos obtidos | 28.255 | 51.018 |
| Juros | 109.525 | 202.266 |
| Outras receitas | 31.558 | - |
| | <u>367.068</u> | <u>348.135</u> |
| Dispêndios financeiros | | |
| Despesas bancárias | (1.489.665) | (858.730) |
| Descontos concedidos | (2.106) | (4.018) |
| Outras despesas | (42.781) | (142.089) |
| | <u>(1.534.552)</u> | <u>(1.004.837)</u> |
| | <u>(1.167.484)</u> | <u>(656.702)</u> |

20 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

a) Assalariados

| Mês de competência | Base de cálculo | Empregador 20% | Outros 7,80% | 2023 Total | 2022 Total |
|--------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Janeiro | 982.979 | 196.596 | 76.672 | 273.268 | 244.733 |
| Fevereiro | 973.261 | 194.652 | 75.915 | 270.567 | 267.478 |
| Março | 956.574 | 191.315 | 74.613 | 265.928 | 280.122 |
| Abril | 954.993 | 190.999 | 74.490 | 265.489 | 273.377 |
| Mai | 1.029.184 | 205.837 | 80.277 | 286.114 | 260.904 |
| Junho | 1.018.372 | 203.674 | 79.433 | 283.107 | 261.327 |
| Julho | 1.018.748 | 203.750 | 79.462 | 283.212 | 277.288 |
| Agosto | 993.283 | 198.657 | 77.476 | 276.133 | 270.325 |
| Setembro | 990.356 | 198.071 | 77.248 | 275.319 | 268.483 |
| Outubro | 998.132 | 199.626 | 77.854 | 277.480 | 269.496 |
| Novembro | 1.079.707 | 215.941 | 84.217 | 300.158 | 269.835 |
| Dezembro | 1.113.835 | 222.767 | 86.879 | 309.646 | 269.324 |
| 13º Salário | 881.757 | 176.351 | 68.777 | 245.128 | 233.455 |
| TOTAL | 12.991.181 | 2.598.236 | 1.013.313 | 3.611.549 | 3.446.147 |

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

21 Remuneração da Administração

A Entidade não distribui lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio social, sob nenhuma forma ou pretexto, nem mesmo em razão de desligamento, retirada ou falecimento de seus membros, e todos os excedentes financeiros serão revertidos para o cumprimento de suas finalidades. Sua Administração está a cargo de uma Diretoria eleita em Assembleia Geral. O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de dois anos e expira com a eleição e posse dos membros que a sucederão. Os membros dos órgãos acima referidos não receberão direta ou indiretamente, salário, gratificações ou remuneração de qualquer espécie pelos serviços prestados.

22 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

23 Certificado da Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)

Conforme Portaria nº 806 de 10 de agosto de 2021 emitida pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, ligada ao Ministério da Saúde, defere a renovação do CEBAS da Entidade, relativo ao Processo nº 25000.098132/2021-27, conforme Art. 1º: Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais, CNPJ nº 44.945.962/0001-99, com sede em Batatais (SP). A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2025.

24 Instrumentos financeiros e Gerenciamentos de Risco

24.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

24.2 Gerenciamentos de Riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A Administração e Conselho Fiscal estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa, quando possível.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Entidade decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

| | Nota | 2023 | 2022 |
|---|------|------------------|------------------|
| Disponível | | 121.418 | 152.243 |
| Aplicações financeiras | 5 | 2.540.761 | 1.362.988 |
| Créditos de operações com planos de assist. à saúde | 6 | 621.310 | 507.705 |
| Créditos de op. de assist. à saúde não relacionado com planos de saúde da operadora | 7 | 2.085.995 | 2.125.921 |
| Bens e títulos a receber (exceto os estoques) e outros créditos | 8 | 4.596.428 | 1.212.959 |
| | | 9.965.912 | 5.361.816 |

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos em RN detalhado na nota explicativa 4.3.

Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2023 e em 2022 a Entidade apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 5.706.582 e R\$ 5.463.756, respectivamente.

A Entidade, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente.

Aplicações financeiras

A Entidade possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS.

Para avaliação do risco de liquidez a Entidade se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade possui, aproximadamente 9% e 6% respectivamente do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras. A Entidade também investe seu capital de forma substancial no ativo imobilizado, aproximadamente 43% em 2023 (50% em 2022), trazendo assim maior conforto e comodidade aos seus beneficiários e pacientes.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

(iii) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(iv) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

(v) Risco Legal

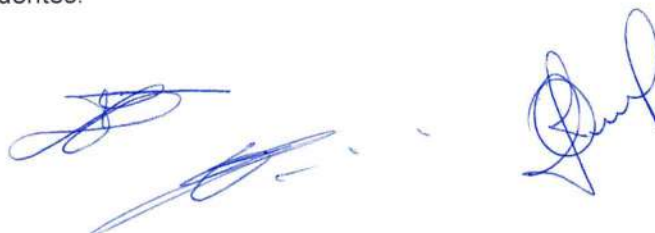
Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(vi) Risco Operacional

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

25 Cobertura de seguro

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
Em reais

26 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das demonstrações financeiras para fins de divulgação, 15 de março de 2024, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a situação patrimonial e financeira da Entidade.



Dalvânia Borges da Costa
Provedora



José Henrique Zanetti
1º Tesoureiro



Josilene Donizeti Fernandes
Contadora - CRC 1SP230904/O-9



Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

À Provedoria, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal da
Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais
Batatais SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais* (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais* em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.





Ênfase

Desequilíbrio financeiro

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de a Entidade apresentar, em 31 de dezembro de 2023, o capital circulante líquido negativo de R\$ 5.706.582. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em consequência de incerteza relacionada a concretização de plano de ação para a continuidade operacional e curso normal dos negócios.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos foram por nós auditadas, cujo relatório datado em 10 de março de 2023 continha ênfases sobre a insuficiência de lastro do ativo garantidor e reajuste do piso salarial nacional da enfermagem.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- (ii) obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- (iii) avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- (iv) concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



(v) avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 15 de março de 2024.



Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3



Ricardo Cesar Valentim

Contador CRC 1SP222852/O-6



PARECER E APROVAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E ASILO DOS POBRES DE BATATAIS, CNPJ nº. 44.945.962/0001-99, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das Demonstrações Contábeis da Entidade, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, concluiu, com base neste exame e à luz do Parecer dos Auditores Independentes, **INOVEAUD AUDITORES INDEPENDENTES, CRC 2SP033908/O-3**, emitido em 15/03/2024, que as referidas demonstrações, refletem adequadamente as situações financeiras e patrimoniais da Entidade e, por seus membros abaixo-assinados, **APROVAM** os presentes:

BALANÇOS PATRIMONIAIS, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (Receitas e Despesas), DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (Método Indireto), e respectivas NOTAS EXPLICATIVAS, encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Batatais/SP, 25 de março de 2024.


JURACI FONSECA DO NASCIMENTO
Conselheiro Fiscal


JOSÉ CARLOS RODRIGUES
Conselheiro Fiscal


ANNA LAURA FELIPUCCI
Conselheira Fiscal